

Prova Escrita Objetiva e de Redação – Nível Superior

ANALISTA TÉCNICO - ENGENHARIA SANITÁRIA

Tipo 1 – BRANCA**SUA PROVA**

Além deste caderno de prova, contendo setenta questões objetivas e o tema de redação, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- uma folha de texto definitivo destinada à resposta da redação

**TEMPO**

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e a resposta da redação para a folha de texto definitivo
- **2 horas e 30 minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**

**NÃO SERÁ PERMITIDO**

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala

**INFORMAÇÕES GERAIS**

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na Lista de Presença
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas
- Boa sorte!

Língua Portuguesa

TEXTO 1 – CHINA

Estou há pouco mais de dois anos morando na China, leitor, e devo dizer que a minha admiração pelos chineses só tem feito crescer. É um país que tem coesão e rumo, como notou o meu colega de coluna neste jornal Cristovam Buarque, que passou recentemente por aqui.

Coesão e rumo. Exatamente o que falta ao nosso querido país. E mais o seguinte: uma noção completamente diferente do tempo. Trata-se de uma civilização milenar, com mentalidade correspondente. Os temas são sempre tratados com uma noção de estratégia e visão de longo prazo. E paciência. A paciência que, como disse Franz Kafka, é uma segunda coragem.

Nada de curto praxismo, do imediatismo típico do Ocidente, que têm sido tão destrutivos e desagregadores.

Esse traço do chinês é até muito conhecido no resto do mundo. Há uma famosa observação do primeiro-ministro Chou En-Lai, muito citada, que traduz essa noção singular do tempo. Em certa ocasião, no início dos anos 1970, um jornalista estrangeiro lançou a pergunta: “Qual é afinal, primeiro-ministro, a sua avaliação da Revolução Francesa?” Chou En-Lai respondeu: “É cedo para dizer”.

Recentemente, li aqui na China que essa célebre resposta foi um simples mal-entendido. Com os percalços da interpretação, Chou En-Lai entendeu, na verdade, que a pergunta se referia à revolta estudantil francesa de 1968! Pronto. Criou-se a lenda.

Pena que tenha sido um mal-entendido. Seja como for, é indubitável que para os chineses o tempo tem outra dimensão. Para uma civilização de quatro mil anos ou mais, uma década tem sabor de 15 minutos. (*O Globo*, 15/9/2017)

1

O texto 1 pode ser incluído no gênero textual do depoimento pessoal; tomando por base o primeiro parágrafo desse texto, NÃO se inclui entre suas características:

- (A) a presença marcante da 1ª pessoa do singular;
- (B) a busca da interação com os leitores do jornal;
- (C) a importância dada à opinião pessoal do enunciador;
- (D) a preferência por temas de sensibilidade;
- (E) a preocupação com a certeza dos dados veiculados.

2

“Estou há pouco mais de dois anos morando na China, leitor, e devo dizer que a minha admiração pelos chineses só tem feito crescer”(texto 1).

O emprego da forma verbal “tem feito” é perfeitamente adequada ao contexto, já que esse tempo verbal expressa ações:

- (A) completamente passadas;
- (B) que se repetiram no passado;
- (C) que se iniciaram no presente;
- (D) iniciadas no passado que continuam no presente;
- (E) iniciadas no presente e de duração indeterminada.

3

“Estou há pouco mais de dois anos morando na China, leitor, e devo dizer que a minha admiração pelos chineses só tem feito crescer. É um país que tem coesão e rumo, como notou o meu colega de coluna neste jornal Cristovam Buarque, que passou recentemente por aqui”.

O segundo período desse primeiro parágrafo do texto 1, em relação ao anterior, funciona como:

- (A) acréscimo a uma informação já dada;
- (B) explicação de uma afirmativa anterior;
- (C) exemplificação de um fato digno de admiração;
- (D) justificativa para o tempo de residência na China;
- (E) inclusão de uma opinião diversa.

4

“Estou há pouco mais de dois anos morando na China, leitor, e devo dizer que a minha admiração pelos chineses só tem feito crescer. É um país que tem coesão e rumo, como notou o meu colega de coluna neste jornal Cristovam Buarque, que passou recentemente por aqui”.

A função textual da inclusão de Cristovam Buarque no texto 1 é a de:

- (A) dar importância ao tema escolhido para a crônica;
- (B) dar autoridade e credibilidade às observações do autor;
- (C) demonstrar o valor de sua coluna no jornal;
- (D) criticar indiretamente os gastos do Poder Legislativo;
- (E) indicar que o tema já foi tratado pelo jornal.

5

“Estou há pouco mais de dois anos morando na China, leitor, e devo dizer que a minha admiração pelos chineses só tem feito crescer. É um país que tem coesão e rumo, como notou o meu colega de coluna neste jornal Cristovam Buarque, que passou recentemente por aqui”.

Nesse primeiro parágrafo do texto 1 há termos cujo significado é esclarecido pelo contexto anterior; o termo que é esclarecido pela situação e NÃO pelo contexto é:

- (A) chineses;
- (B) país;
- (C) neste jornal;
- (D) que;
- (E) aqui.

6

O segundo parágrafo do texto 1 começa por “Coesão e rumo”, seguido de ponto. Tal pontuação tem como função:

- (A) valorizar o diagnóstico de Cristovam Buarque;
- (B) destacar diferenças entre China e Brasil;
- (C) mostrar as duas vertentes que serão analisadas a seguir;
- (D) demonstrar os pontos de reflexão explorados no texto;
- (E) indicar valores da sociedade chinesa milenar.

7

Na primeira linha do texto 1, o termo “leitor” aparece entre vírgulas pela mesma razão que elas são empregadas em:

- (A) “Há uma famosa observação do primeiro-ministro Chou En-Lai, muito citada, que traduz essa noção singular do tempo”;
- (B) “Em certa ocasião, no início dos anos 1970, um jornalista estrangeiro lançou a pergunta...”;
- (C) “Qual é afinal, primeiro-ministro, a sua avaliação da Revolução Francesa?”;
- (D) “Recentemente, li aqui na China que essa célebre resposta foi um simples mal-entendido”;
- (E) “É um país que tem coesão e rumo, como notou o meu colega de coluna neste jornal Cristovam Buarque...”.

8

“Coesão e rumo. Exatamente o que falta ao nosso querido país”. Sobre esse segmento do texto 1, é correto afirmar que:

- (A) as duas palavras iniciais representam a mesma coisa, daí que o texto expresse no singular “o que falta”;
- (B) o advérbio “exatamente” tem valor irônico, já que se trata de uma ausência negativa;
- (C) o possessivo “nosso” se justifica por abarcar o cronista e a imensa maioria de seus leitores;
- (D) o termo “querido país” se refere ao Brasil, de forma explícita, e à China, de forma implícita;
- (E) o segundo período desse segmento funciona como explicação vocabular dos termos anteriores.

9

“Coesão e rumo. Exatamente o que falta ao nosso querido país. E mais o seguinte: uma noção completamente diferente do tempo”.

O autor do texto 1 separou a “noção diferente do tempo” em relação aos termos anteriores “coesão e rumo” porque:

- (A) se refere ao item central a ser desenvolvido a seguir;
- (B) os termos anteriores pertencem a outro autor – Cristovam Buarque;
- (C) introduz um tema de valor filosófico, ao contrário dos demais;
- (D) destaca uma distinção de menor importância política;
- (E) sublinha um traço de distinção Oriente / Ocidente.

10

“Os temas são sempre tratados com uma noção de estratégia e visão de longo prazo. E paciência. A paciência que, como disse Franz Kafka, é uma segunda coragem”.

A inserção da citação de Kafka no texto 1 funciona como elemento:

- (A) esclarecedor do significado do termo “paciência”;
- (B) indicador da origem da observação do cronista sobre o valor da paciência;
- (C) contraditório em relação ao anteriormente expresso;
- (D) valorizador literário da crônica;
- (E) irônico, por referir-se à paciência como uma “segunda coragem”.

11

A palavra abaixo, retirada do texto 1, que apresenta um processo de formação distinto dos demais é:

- (A) chineses;
- (B) recentemente;
- (C) milenar;
- (D) desagregadores;
- (E) imediatismo.

12

“Estou há pouco mais de dois anos morando na China, leitor, e devo dizer que a minha admiração pelos chineses só tem feito crescer”.

Sob o ponto de vista da estruturação sintática, esse período do texto 1:

- (A) é composto exclusivamente por orações coordenadas;
- (B) é constituído por duas orações;
- (C) contém somente orações subordinadas;
- (D) apresenta coordenação e subordinação;
- (E) é formado por orações sintaticamente independentes.

13

“Nada do curto praxismo, do imediatismo...”; o termo “curto praxismo” (texto 1), é exemplo de:

- (A) neologismo;
- (B) arcaísmo;
- (C) cultismo;
- (D) coloquialismo;
- (E) regionalismo.

14

“Esse traço do chinês é até muito conhecido no resto do mundo”. O mesmo valor semântico do termo “até” se encontra na seguinte frase:

- (A) O cronista viajou até a China;
- (B) O copo ficou cheio até a borda;
- (C) Até os brasileiros gostam da China;
- (D) Li o livro até a página 234;
- (E) Até este mês tudo correu bem.

15

Há vários momentos do texto 1 em que se juntam termos de valor substantivo e valor adjetivo; o par abaixo em que NÃO ocorre mudança de significado em caso de troca de posição é:

- (A) certa ocasião;
- (B) jornalista estrangeiro;
- (C) revolta estudantil;
- (D) simples mal-entendido;
- (E) observação famosa.

16

“Pena que tenha sido um mal-entendido”; a observação do cronista no texto 1 se justifica porque:

- (A) a história narrada seria de mais valor, por ser verdadeira;
- (B) o resultado do mal-entendido tem mais valor filosófico;
- (C) o mal-entendido tira valor da narrativa;
- (D) a figura de Chou En-Lai fica manchada pela ignorância;
- (E) a narrativa deixaria de ser lenda.

17

“Para uma civilização de quatro mil anos ou mais, uma década tem sabor de 15 minutos”. Em busca de expressividade, o autor do texto 1 apela, neste caso, para um(a):

- (A) hipérbole;
- (B) metonímia;
- (C) personificação;
- (D) eufemismo;
- (E) pleonasma.

18

O substantivo “mal-entendido” forma o plural da mesma forma que:

- (A) couve-flor;
- (B) quarta-feira;
- (C) guarda-civil;
- (D) alto-falante;
- (E) pão-de-ló.

19

Observe a charge a seguir.



CHARGEONLINE.com.br - © Copyright do autor

Nessa charge a resposta da menina:

- (A) demonstra não haver entendido a fala do outro personagem;
- (B) critica a baixa qualidade do estudo de língua portuguesa;
- (C) indica pouco conhecimento de figuras de linguagem;
- (D) ironiza a situação do Poder Legislativo no Brasil;
- (E) mostra a distância cultural entre os personagens.

20

Na fala do personagem-pai na charge há um erro de acentuação no vocábulo “quê”; a frase em que ocorre o mesmo erro ortográfico é:

- (A) Há um quê de estranho em tudo isso.
- (B) Os políticos roubam, por quê?
- (C) O quê? Não estou escutando bem...
- (D) O quê da palavra “quero” está mal grafado.
- (E) Por quê você não veio, por quê?

Legislação Aplicável ao Ministério Público do Estado da Bahia

21

A Constituição da República de 1988 é um marco na democracia do Brasil e na história do Ministério Público, que ganhou autonomia para trabalhar, independência financeira e institucional, além de abertura do campo de atuação.

De acordo com o texto constitucional, é função institucional do Ministério Público:

- (A) exercer o controle interno da atividade policial, dentro da estrutura do Poder Executivo;
- (B) exercer a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas, no âmbito do respectivo ente federativo;
- (C) promover, subsidiariamente, a ação penal pública, na forma da lei, podendo requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial;
- (D) promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e individuais disponíveis;
- (E) promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição.

22

Com o escopo de preservar a necessária independência funcional e destemor na sua atuação profissional, os membros do Ministério Público gozam de garantias constitucionais, como a:

- (A) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do Procurador-Geral, assegurada ampla defesa;
- (B) estabilidade, após três anos de efetivo exercício em virtude de aprovação em concurso público, mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho;
- (C) participação de bônus, que consiste no recebimento de honorários, percentagens ou custas processuais pagos pela parte sucumbente;
- (D) vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado;
- (E) irredutibilidade de vencimentos, segundo a qual sua remuneração somente pode ser alterada por lei complementar, de iniciativa privativa do chefe do Executivo.

23

O Conselho Nacional do Ministério Público foi criado em 30 de dezembro de 2004, pela Emenda Constitucional nº 45, e tem como objetivo imprimir uma visão nacional ao MP, orientando e fiscalizando todos os ramos do MP brasileiro.

De acordo com a Constituição da República de 1988, o CNMP:

- (A) compõe-se por dez membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha por dois terços do Congresso Nacional, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução;
- (B) tem competência para receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público;
- (C) aprecia a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei;
- (D) exerce a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos entes federativos e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas;
- (E) é órgão de consulta da Presidência da República nos assuntos relacionados com o MP e a defesa do Estado democrático, competindo-lhe sugerir alterações nas leis orgânicas do Ministério Público da União e dos Estados.

24

O inquérito civil tem por objeto apurar fato que possa autorizar a tutela dos interesses ou direitos a cargo do Ministério Público. Esgotadas todas as possibilidades de diligências, o membro do Ministério Público, caso se convença da inexistência de fundamento para a propositura de ação civil pública, promoverá, fundamentadamente, o arquivamento do inquérito civil.

Nesse contexto, de acordo com a Resolução nº 23/2007 do CNMP:

- (A) o arquivamento é promovido pelo mesmo Promotor que presidiu as investigações, e os autos do inquérito civil, juntamente com a promoção de arquivamento, deverão ser arquivados imediatamente no âmbito interno da Promotoria, salvo se houver recurso por parte de qualquer interessado;
- (B) os autos do inquérito civil, juntamente com a promoção de arquivamento, deverão ser remetidos ao órgão de revisão competente, no prazo de três dias, contado da comprovação da efetiva cientificação pessoal dos interessados;
- (C) as pessoas co-legitimadas para atuar nos direitos tutelados no inquérito civil podem apresentar recurso com as respectivas razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos do inquérito, no prazo de quinze dias da publicação da promoção de arquivamento;
- (D) a promoção de arquivamento só passa a ter eficácia após sua publicação na imprensa oficial, data em que começa a contar o prazo de dez dias para o legitimado interpor recurso ao órgão colegiado da Administração Superior do MP;
- (E) o arquivamento deve ser promovido pelo membro do MP que preside o inquérito civil, quando esgotadas as diligências pertinentes e verificar-se ausência de ato ilícito ou de justa causa, ou quando concluir ser atribuição de outro ramo do Ministério Público.

25

O Conselho Superior do Ministério Público é órgão da administração superior do Ministério Público, incumbindo-lhe velar pela observância de seus princípios institucionais. Assim, de acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público da Bahia (Lei Complementar Estadual nº 11/96), compete ao Conselho Superior do Ministério Público:

- (A) determinar por voto de dois terços de seus integrantes a disponibilidade ou a remoção de membros do Ministério Público, por interesse público, assegurada a ampla defesa;
- (B) aprovar a proposta orçamentária anual do Ministério Público, bem como os projetos de criação, modificação e extinção de cargos e serviços auxiliares;
- (C) rever, mediante requerimento de legítimo interessado, decisão do Procurador-Geral de Justiça, nos casos de sua atribuição originária, acerca de arquivamento de inquérito policial;
- (D) editar atos de aposentadoria, exoneração e outros que importem em vacância de cargos dos serviços auxiliares e atos de disponibilidade dos servidores do Ministério Público;
- (E) dirimir conflitos de atribuições entre membros do Ministério Público, designando quem deva officiar no feito e decidir processo administrativo disciplinar, contra membro da instituição.

26

Promotoria de Justiça do interior do Estado com atribuição para investigação penal promoveu o arquivamento de um inquérito policial.

Caso não concorde com o entendimento ministerial, o Juízo Criminal competente deixará de homologar o arquivamento e, de acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público da Bahia, deverá remeter os autos ao:

- (A) Procurador de Justiça com atribuição criminal, que designará outro membro do Ministério Público para oferecer denúncia, prosseguir nas investigações, ou insistir no arquivamento;
- (B) Conselho Superior do Ministério Público, que poderá oferecer denúncia, designar outro membro do Ministério Público para fazê-lo, ou insistir no arquivamento;
- (C) Órgão Especial do Colégio de Procuradores, que designará outro membro do Ministério Público para oferecer denúncia, prosseguir nas investigações, ou insistir no arquivamento;
- (D) Procurador-Geral de Justiça, que poderá oferecer denúncia, designar outro membro do Ministério Público para fazê-lo, ou insistir no arquivamento;
- (E) Corregedor-Geral do Ministério Público, que designará outro membro do Ministério Público para oferecer denúncia, prosseguir nas investigações, ou insistir no arquivamento.

27

A Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/93) dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados.

De acordo com o citado diploma normativo, os Centros de Apoio Operacional são órgãos:

- (A) de execução, competindo-lhes apresentar ao Procurador-Geral de Justiça, na primeira quinzena de fevereiro, relatório com dados estatísticos sobre as atividades das Procuradorias e Promotorias de Justiça, relativas ao ano anterior;
- (B) de execução, incumbindo-lhes orientar e fiscalizar as atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público, podendo, para tal, realizar correções e inspeções nas Promotorias e Procuradorias de Justiça;
- (C) auxiliares destinados a realizar cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, atividades, estudos e publicações, visando ao aprimoramento profissional e cultural dos membros da instituição, de seus auxiliares e funcionários, bem como a melhor execução de seus serviços;
- (D) auxiliares da atividade funcional do Ministério Público, competindo-lhes estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem em áreas afins, para obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções;
- (E) auxiliares de natureza transitória, incumbindo-lhes realizar a seleção de candidatos ao ingresso na carreira do Ministério Público e o acompanhamento dos Promotores Substitutos durante o estágio probatório.

28

A Lei Estadual nº 12.209/2011, que dispõe sobre o processo administrativo, no âmbito da Administração direta e das entidades da Administração indireta, regidas pelo regime de direito público, do Estado da Bahia, estabelece que os atos de comunicação podem ser da espécie intimação ou notificação.

Tal lei disciplina que esses atos de comunicação são realizados por edital em algumas hipóteses, como quando:

- (A) houver fundada suspeita de ocultação para frustrar o recebimento do ato de comunicação;
- (B) tratem de processo envolvendo interesse de incapaz, diante da indisponibilidade do direito tratado;
- (C) residir o destinatário da comunicação em local não atendido pela entrega domiciliar de correspondência;
- (D) forem dirigidos a agentes públicos, cadastrados no sistema digital da Administração;
- (E) for o destinatário agente público, encontrar-se na repartição e inexistir possibilidade de comunicação por meio eletrônico.

29

Maria, servidora pública civil do Estado da Bahia, no mês passado, permaneceu trabalhando na repartição pública na qual está lotada, pelo período de duas horas a mais por dia, após seu horário regular de expediente (das 18 às 20h), desempenhando tarefas para atender a situação excepcional e temporária, em razão de correção da Corregedoria realizada no início do mês em curso.

No caso em tela, de acordo com a Lei Estadual nº 6.677/1994, Maria:

- (A) não terá direito a qualquer gratificação, diante da ausência de previsão legal;
- (B) não terá direito a qualquer gratificação, eis que não chegou a trabalhar após as 22h;
- (C) terá direito ao adicional noturno, que será remunerado, em regra, com acréscimo de vinte e cinco por cento em relação à hora normal de trabalho;
- (D) terá direito ao adicional por serviço extraordinário, que será remunerado, em regra, com acréscimo de cinquenta por cento em relação à hora normal de trabalho;
- (E) terá direito ao adicional por tempo de serviço extra, que será remunerado, em regra, com acréscimo de vinte e cinco por cento em relação à hora normal de trabalho.

30

Joana, ocupante estável do cargo efetivo de Analista Técnico do Ministério Público da Bahia, acaba de adotar um bebê de cinco meses de idade.

De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia, Joana tem direito à licença:

- (A) maternidade, porque o princípio da isonomia impede a distinção entre filho biológico e adotivo, pelo período de noventa dias a contar da data em que a criança chegar ao novo lar;
- (B) maternidade, porque o intérprete da lei não pode distinguir filho biológico do adotivo, pelo período de trinta dias a contar da data em que transitar em julgado a sentença de adoção;
- (C) maternidade, porque, pelo princípio da igualdade, a lei não pode distinguir filho biológico do adotivo, pelo período de até cento e oitenta dias, a contar da data do nascimento da criança;
- (D) à adotante, para ajustamento do menor, pelo período de trinta dias a contar da data em que transitar em julgado a sentença de adoção;
- (E) à adotante, para ajustamento do menor, pelo período de cento e oitenta dias a contar da data em que este chegar ao novo lar.

Conhecimentos Específicos**31**

Em reportagem veiculada na TV, especialistas afirmaram que a falta de saneamento básico tem impacto direto no rendimento escolar. Segundo a reportagem, casos de crianças apresentando diarreias repetidas e vômitos afetam a nutrição da criança, e, acontecendo com frequência nos primeiros anos de vida, podem deixar sequelas limitadoras e definitivas.

Um número significativo de doenças está ligado à água, por meio de diferentes tipos de transmissão.

São exemplos de doenças transmitidas pela ingestão da água, pelo contato da pele com a água e por vetores que dependem da água, respectivamente:

- (A) chikungunya, pediculose e giardíase;
- (B) amebíase, esquistossomose e zica;
- (C) cólera, diarreia e filariose;
- (D) escabiose, febre tifoide e malária;
- (E) dengue, rinite e leptospirose.

32

Os recifes de corais, como os que ocorrem no litoral do nordeste brasileiro, são estruturas constituídas por organismos denominados celenterados, portadores de esqueleto calcário, que apresentam no interior do tecido algas microscópicas. Essas algas estabelecem uma relação de simbiose, na qual fornecem alimento – através do processo de fotossíntese – e, em troca, recebem proteção e nutrientes. A associação entre esses organismos permite um mecanismo mais eficiente de ciclagem de nutrientes, uma alta taxa de produtividade e uma grande diversidade de espécies para aquele ecossistema.

Para a Ecologia, essa descrição exemplifica bem o princípio:

- (A) da lei do mínimo;
- (B) dos componentes reduzíveis;
- (C) da amplificação ecológica;
- (D) das propriedades emergentes;
- (E) dos fatores limitantes.

33

Ecossistemas são sistemas termodinâmicos abertos, fora do ponto de equilíbrio, que trocam continuamente energia e matéria com o ambiente externo para:

- (A) aumentar a entropia interna, à medida que aumenta a entropia externa;
- (B) diminuir a entropia interna, à medida que diminui a entropia externa;
- (C) diminuir a entropia interna, à medida que aumenta a entropia externa;
- (D) aumentar a entropia interna, à medida que diminui a entropia externa;
- (E) aumentar a entropia interna, até torná-la equivalente à entropia externa.

34

O clímax climático é aquele em que a vegetação se mostra em equilíbrio com o clima regional, sendo que o clima condiciona o tipo de vegetação presente. No clímax edáfico, a vegetação se mostra em equilíbrio com o solo predominante e é condicionada por esse fator.

No Estado da Bahia, exemplos de biomas com vegetação de clímax climático e de clímax edáfico são, respectivamente:

- (A) mata atlântica e tundra;
- (B) campos e chaparral;
- (C) restinga e floresta mista;
- (D) campinarana e estepe;
- (E) caatinga e cerrado.

35

A infiltração de água no solo é uma informação importante para o planejamento de bacias hidrográficas, já que indica também a quantidade de escoamento superficial.

Na equação de Horton, a taxa real de infiltração é calculada a partir:

- (A) do potencial osmótico da água, da porosidade e estrutura do solo e da duração média de chuvas;
- (B) da capacidade final e inicial de infiltração, de uma constante para cada solo e do tempo de duração da chuva;
- (C) da carga hidráulica final e inicial, de uma constante de compactação para cada solo e da intensidade média anual de chuvas;
- (D) da viscosidade da água, da constante textural do solo e da chuva de maior duração média;
- (E) da relação gravitacional final e inicial, da constante de pressão do solo e do tempo de duração da chuva.

36

A densidade de drenagem é um índice importante para a intervenção em uma bacia hidrográfica, pois está relacionada com o tempo gasto para a saída do escoamento superficial da bacia e reflete a influência da geologia, da topografia, do solo e da vegetação.

Essa densidade é determinada pela razão entre:

- (A) o comprimento total de todos os canais e a área da bacia hidrográfica;
- (B) a área da bacia hidrográfica e a soma dos comprimentos dos canais de primeira ordem;
- (C) a soma das larguras de todos os canais e o comprimento total de todos os canais;
- (D) a média das larguras dos canais e a média dos comprimentos de todos os canais;
- (E) o comprimento do maior canal e o perímetro da bacia hidrográfica.

37

Em ecossistemas aquáticos, os organismos que vivem em suspensão, com pouca ou nenhuma mobilidade e levados pelos movimentos da água, são denominados:

- (A) eufotions;
- (B) néctons;
- (C) cilostons;
- (D) plânctons;
- (E) bentons.

38

No estudo para a captação, em fontes de água subterrânea, o rendimento específico é determinado pela razão entre:

- (A) o volume acumulado no solo e a distância entre captação e descarga;
- (B) o volume total de água existente no solo e o volume de água que ficará retido nas partículas do solo;
- (C) o volume de água que fluirá livremente do solo e o volume total de água existente no solo;
- (D) a distância entre captação e descarga e o volume de água que ficará retido nas partículas do solo;
- (E) a quantidade de água demandada para tratamento e uso e o volume total de água existente no solo.

39

Segundo a norma NBR 12.217, em projetos de reservatório de distribuição de água para abastecimento público, a água de extravasão deve ser coletada por um tubo. Esse tubo descarrega livremente em uma caixa, e daí a água é encaminhada por conduto livre a um corpo receptor adequado.

Trata-se de um tubo:

- (A) vertical;
- (B) com inclinação de 15°;
- (C) com inclinação de 30°;
- (D) com inclinação de 45°;
- (E) horizontal.

40

Em um projeto de reservatório de distribuição de água para abastecimento público, o volume compreendido entre os níveis máximo e mínimo, para atender às variações diárias de consumo é:

- (A) a reservação total;
- (B) a medida de fluxo;
- (C) o volume útil;
- (D) o nível de operação;
- (E) a vazão de estabilidade.

41

De acordo com a norma NBR 12.214, que trata de projetos de sistema de bombeamento de água para abastecimento público, nos casos em que ocorrem grandes variações de vazão, na escolha dos conjuntos motor-bomba pode ser utilizado um:

- (A) sistema de acionamento de velocidade variável;
- (B) conjunto de boias reguláveis;
- (C) equipamento de oscilação de fluxo intermitente;
- (D) estabilizador de corrente;
- (E) regulador de voltagem para fluxo contínuo.

42

Para a captação de águas superficiais, é possível utilizar a Torre de Tomada, que se presta para ambientes:

- (A) lênticos, e a água é provida através de comportas situadas em níveis diferentes;
- (B) alagados, e a água é provida através de sugadores situados em níveis diferentes;
- (C) estuarinos, e a água é provida através de recipientes situados acima dos níveis de alcance das marés;
- (D) lóticos, e a água é provida pelo movimento de pás situadas na superfície;
- (E) salobros, e a água é provida através de cilindros de dessalinização.

43

A precipitação de carbonato de cálcio, quando a água é aquecida, resulta na formação de crostas que podem gerar problemas graves para o funcionamento de caldeiras e aquecedores. Esse efeito pode ser mais sério em regiões onde a água captada para uso atravessa bacias com rochas calcárias, por exemplo.

Nesse caso, para se evitar esse problema, o tratamento da água deve ser de:

- (A) decantação de sólidos;
- (B) saturação metálica;
- (C) filtração lenta;
- (D) redução da dureza;
- (E) oxidação de sulfatos.

44

No estudo de um manancial de águas naturais superficiais, provenientes de bacias não protegidas, para o seu uso no abastecimento público, foram encontrados os seguintes valores: DBO 5 dias (mg/L): média na faixa de 2,5 a 4,0 e máxima, em qualquer amostra, na faixa de 4,0 a 6,0. Coliformes (NMP/100 mL): média mensal em qualquer mês na faixa de 5.000 a 20.000.

Segundo a Norma NBR 12.216, a instalação de uma Estação de Tratamento de Água para esse manancial deve prever como tratamento mínimo necessário, o Tipo:

- (A) A - com a desinfecção e correção do pH;
- (B) B - com a desinfecção e correção do pH e a decantação simples;
- (C) C - coagulação, seguida ou não de decantação, filtração em filtros rápidos, desinfecção e correção do pH;
- (D) D - tratamento mínimo do tipo C e tratamento complementar com aeração;
- (E) E - tratamento mínimo do tipo D e tratamento complementar para águas de turbidez natural, referidas aos Padrões de Platina.

45

No dimensionamento de aeradores dos tipos plano inclinado e de bandejas perfuradas sobrepostas, não havendo possibilidade de determinar as taxas de aplicação por meio de ensaios, eles podem ser projetados para volumes máximos de:

- (A) 100 m³ de água por metro quadrado de área em projeção horizontal/dia;
- (B) 500 m³ de água por metro quadrado de área em projeção horizontal/dia;
- (C) 1000 m³ de água por metro quadrado de área em projeção horizontal/dia;
- (D) 2000 m³ de água por metro quadrado de área em projeção horizontal/dia;
- (E) 5000 m³ de água por metro quadrado de área em projeção horizontal/dia.

46

O valor máximo permitido de cianotoxinas na água está no anexo da Portaria nº 2.914/2011, do Ministério da Saúde, que estabelece a potabilidade da água.

Essas toxinas, que podem causar uma série de doenças, algumas graves, são liberadas na água por organismos:

- (A) procariontes e fotossintetizantes, chamados também de algas azuis;
- (B) eucariontes e saprófitos, chamados também de algas verde-azuladas;
- (C) procariontes e quimiossintetizantes, chamados também de toxicobactérias;
- (D) eucariontes e heterótrofos, chamados de marés vermelhas;
- (E) procariontes e anaeróbios facultativos, chamados de termobactérias.

47

No tratamento de água para abastecimento público, a coagulação pode se dar com a formação de pontes entre partículas coloidais, que se juntam, formando partículas maiores.

Esse processo resulta da adição de auxiliares de coagulação, como os:

- (A) nitratos;
- (B) cloretos;
- (C) criptosporídios;
- (D) polímeros;
- (E) toluenos.

48

Para possibilitar o acesso às canalizações para limpeza e inspeção de sistemas de drenagem urbana de águas pluviais, devem ser instalados(as):

- (A) dutos de passagem;
- (B) poços de visita;
- (C) caixas de ligação;
- (D) bueiros de manutenção;
- (E) bocas de lobo.

49

Em 2016, uma obra para evitar alagamentos foi motivo de protestos por parte de organizações não governamentais na cidade de Salvador, BA. Segundo reportagens feitas na época, o projeto previa a requalificação de canais e o revestimento de parte das margens, sendo que a canalização seria feita com concreto. Discordando do projeto, no entanto, especialistas ouvidos pela reportagem afirmaram que a canalização não seria a solução dos problemas, que estavam, em sua opinião, ligados à falta de infraestrutura de esgotamento sanitário e ao lixo. Durante o protesto, os manifestantes defenderam alternativas, como a construção, ao longo de alguns trechos do rio, de estruturas que em períodos de chuva forte pudessem receber o excesso de água, diminuindo o volume das enchentes.

Sobre esse tema, os reservatórios abertos, construídos para receberem a água durante e após as chuvas, mas que permanecem secos durante as estiagens, denominam-se:

- (A) reservatórios de emergência;
- (B) diques de represamento;
- (C) bacias de detenção;
- (D) reservatórios de pico;
- (E) condutos de contenção.

50

Algumas substâncias químicas, denominadas poluentes emergentes, permanecem na água, mesmo após a sua passagem por estações de tratamento tradicionais. Um dos grupos de poluentes emergentes, os interferentes endócrinos, pode apresentar efeitos adversos à saúde de organismos intactos, seus descendentes ou subpopulações.

Faz parte desse grupo a classe de compostos de:

- (A) resinas e reguladores lipídicos;
- (B) hormônios e esteroides;
- (C) fluidos e óleos hidráulicos;
- (D) resíduos de carvão e antissépticos;
- (E) corantes e lodo calcário.

51

Como alternativa para sistemas de esgoto individual, encontra-se a fossa seca de fermentação, que se caracteriza por ter:

- (A) um tanque séptico para dejetos e um sumidouro;
- (B) um corpo receptor e uma fossa interligada para dejetos;
- (C) dois tanques sépticos para dejetos de uso contínuo;
- (D) uma vala de infiltração para líquidos, ligada a um filtro de areia;
- (E) dois depósitos para dejetos, de uso alternado.

52

Em uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), o nível de tratamento primário inclui unidades de:

- (A) carvão ativado, misturadores e redes;
- (B) tratamento biológico, decantadores secundários e membranas;
- (C) grade primária, caixas de areia e pré-filtro;
- (D) decantadores primários, digestores e secagem do lodo;
- (E) troca iônica, precipitação química e flotação.

53

Em algumas Estações de Tratamento de Esgoto, se utiliza o processo de lodo ativado, que deve incluir uma unidade de:

- (A) mistura (reator anaeróbio) e outra de fermentação (decantador de lodo);
- (B) abrasão (moinho de contato) e outra de filtragem (separador mecânico);
- (C) aeração (reator aeróbio) e outra de decantação (decantador secundário);
- (D) depuração (filtro ativado) e outra de recirculação (duto circular);
- (E) sedimentação (câmara de sedimentação) e outra de adensamento (bandeja de fundo).

54

Dentre as regras de uso e ocupação da zona costeira, previstas no Decreto nº 5.300/2004, que regulamenta a Lei nº 7.661/1988, qualquer empreendimento na zona costeira deverá ser compatível com a infraestrutura de saneamento e sistema viário existentes, devendo a solução técnica adotada preservar as características ambientais e a qualidade paisagística.

Na hipótese de inexistência ou inacessibilidade à rede pública de coleta de lixo e de esgoto sanitário na área do empreendimento:

- (A) o Ministério Público Estadual apresentará solução autônoma para análise do órgão ambiental, compatível com as características físicas e ambientais da área;
- (B) o Poder Executivo Federal apresentará solução autônoma para análise e execução pelo empreendedor, compatível com as características físicas e ambientais da área;
- (C) o empreendedor apresentará solução autônoma para análise do órgão ambiental, compatível com as características físicas e ambientais da área;
- (D) o Poder Executivo Municipal apresentará solução autônoma para análise do empreendedor, compatível com as características físicas e ambientais da área;
- (E) o empreendedor apresentará solução autônoma para análise do Ministério Público, compatível com as características físicas e ambientais da área.

55

De acordo com a norma técnica NBR 12.209, os processos de tratamento do lodo (fase sólida), após o gradeamento e peneiramento, são:

- (A) o adensamento, a separação de sólidos, a restauração, a polimerização e a neutralização;
- (B) a floculação, a coagulação, a digestão, a estabilização química e a fluoretação;
- (C) o condicionamento, o adensamento, a digestão, a estabilização química e o desaguamento;
- (D) a lavagem, a salinização, a combustão, a estabilização mecânica e o adensamento;
- (E) a decantação dos sólidos, a flotação, a percolação, a aeração e o condicionamento.

56

A NBR 13.896, que detalha os critérios para projeto, implantação e operação de aterros de resíduos não perigosos, chama a atenção para o risco de acidentes gerado pela incompatibilidade entre alguns tipos de resíduos.

A Norma menciona que ocorre a geração de calor e possível reação violenta se misturamos lamas ácidas (Grupo 1-A) com:

- (A) soluções contendo graxas e óleos;
- (B) líquidos alcalinos corrosivos;
- (C) resíduos de asbestos e de berílio;
- (D) resíduos de cloro e clorito;
- (E) embalagens vazias de pesticidas.

57

A autoclavagem consiste em um dos tratamentos utilizados em resíduos de serviços de saúde e resulta na esterilização do material, através da:

- (A) queima, na qual os materiais à base de carbono são decompostos;
- (B) decomposição em combustíveis gasosos ou líquidos e carvão;
- (C) trituração, umedecimento com vapor a 150°C e radiação de micro-ondas;
- (D) trituração seguida pela exposição a um campo elétrico de alta potência;
- (E) exposição à temperatura alta e ao vapor d'água sob pressão.

58

Um boletim recente sobre as praias de Salvador mostrou um número elevado de amostras classificadas como impróprias para o banho.

Essas análises são feitas levando em consideração a qualidade das águas destinadas à balneabilidade, termo que se refere à recreação de contato:

- (A) avançado, que é quando existe o contato com a água, porém com equipamentos especiais de proteção, como roupas para práticas de surfe e de mergulho;
- (B) temporário, que é quando o contato com a água é esporádico ou acidental e a possibilidade de ingerir água é pequena, como na pesca e no iatismo;
- (C) indireto, que é quando existe apenas o contato com organismos e objetos que trazem resíduos da água, como uso de pescados;
- (D) primário, que é quando existe o contato direto e prolongado do usuário com os corpos de água como, por exemplo, as atividades de natação, esqui aquático;
- (E) controlado, que é quando existe o contato indireto por períodos mais prolongados, aumentando os riscos.

59

Dentre as regras de uso e ocupação da zona costeira, previstas na Lei nº 7.661/1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, entende-se por praia a área coberta e descoberta periodicamente pelas águas, acrescida da faixa subsequente de material detrítico, tal como areias, cascalhos, seixos e pedregulhos, até o limite onde se inicie a vegetação natural, ou, em sua ausência, onde comece um outro ecossistema.

De acordo com essa norma:

- (A) não é permitida a urbanização ou qualquer forma de utilização do solo que impeça ou dificulte o acesso às praias;
- (B) será obrigatório o licenciamento ambiental para a urbanização ou qualquer forma de utilização do solo que impeça ou dificulte o acesso às praias;
- (C) a urbanização ou qualquer forma de utilização do solo que impeça ou dificulte o acesso às praias só poderá ser efetivada após a aprovação do Relatório de Impacto de Vizinhança;
- (D) será obrigatória a previsão no Plano Diretor do Município para a urbanização ou qualquer forma de utilização do solo que impeça ou dificulte o acesso às praias;
- (E) a urbanização ou qualquer forma de utilização do solo que impeça ou dificulte o acesso às praias só será permitida por razões de segurança ou se considerada de relevante interesse social.

60

Sobre a Lei Estadual da Bahia nº 11.172/2008, que trata dos princípios e diretrizes da Política Estadual de Saneamento Básico, analise as afirmativas a seguir:

I. Dentre outros, a Política Estadual de Saneamento Básico está formulada com base nos princípios da universalização do acesso aos serviços públicos de saneamento básico, e no do fortalecimento da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A – EMBASA.

II. Os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico e a sua utilização na prestação de serviços públicos de saneamento básico, inclusive para disposição ou diluição de esgotos e outros resíduos líquidos, é sujeita à outorga de direito de uso, nos termos da legislação e regulamentos federais e estaduais.

III. Os planos regionais de saneamento básico serão elaborados de forma a subsidiar os planos municipais, podendo-se aprovar mais de um plano regional, desde que considere a função pública de interesse comum, inclusive a aglomeração urbana e características ambientais.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente III;
- (C) somente I e II;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

61

Algumas doenças podem ser transmitidas por fômites e se transformarem em problemas de tal dimensão que passam a ser encarados por políticas públicas de saúde.

Deve-se ter atenção e cuidado com grupos muito expostos a doenças sujeitas a esse tipo de transmissão, como por exemplo:

- (A) catadores de caranguejos;
- (B) trabalhadores da indústria de madeira;
- (C) usuários de drogas injetáveis;
- (D) populações de locais secos;
- (E) praticantes de esportes radicais.

62

Os critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de aterro sanitário de pequeno porte de resíduos sólidos urbanos foram estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 404/2008, que dispensa a apresentação de EIA/RIMA, a menos que o órgão ambiental competente entenda que esse aterro seja potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente.

Para esses aterros de pequeno porte, a Resolução admite a disposição final, dentre outros, de resíduos sólidos provenientes:

- (A) da construção civil;
- (B) de atividades agrosilvopastoris;
- (C) da mineração;
- (D) de serviços de saúde;
- (E) de serviços de transportes.

63

Ao buscar água de lençóis freáticos para abastecimento, deve-se procurar:

- (A) alagados com hidroperíodo superior a seis meses e profundidade acima de dois metros;
- (B) barragens e lagos com grande volume de água e que sofrem pressões maiores que a atmosférica;
- (C) fontes subterrâneas contidas entre camadas impermeáveis e sob uma pressão maior que a atmosférica;
- (D) olhos d'água ou nascentes em que a água está submetida à pressão da gravidade;
- (E) rios com leitos largos e remansos, resultando em zonas mais profundas e com maior carga.

64

A critério do órgão ambiental competente, mediante decisão fundamentada em parecer técnico, poderá ser admitido procedimento simplificado de licenciamento ambiental para Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária.

Nesse caso, será exigido o:

- (A) Projeto Único de Licenciamento Agrário;
- (B) Relatório Ambiental Simplificado;
- (C) Projeto de Instalação e Operação Agroindustrial;
- (D) Relatório de Viabilidade Ambiental;
- (E) Relatório de Impacto de Reforma Agrária.

65

Nas áreas do sertão nordestino, algumas fontes alternativas podem servir como mananciais para o abastecimento individual de água.

É possível lançar mão de estruturas para a coleta de água da chuva ou de nascentes de encostas, exemplificadas, respectivamente, por:

- (A) galerias filtrantes e caixas de recarga;
- (B) galeria de infiltração e poços tubulares profundos;
- (C) suporte de sub-superfície e bacias de coleta;
- (D) superfícies de coleta e caixas de tomada;
- (E) canal de derivação e poços de tomada.

66

A Lei Estadual nº 10.431/2006 dispõe sobre a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia.

Dentre os planos estaduais instituídos pelo mencionado diploma normativo, destaca-se o de Proteção da Biodiversidade, que tem alguns objetivos específicos, como:

- (A) definir critérios e procedimentos para a elaboração, a revisão e a implementação dos planos de manejo;
- (B) apresentar propostas para a utilização dos recursos da compensação ambiental;
- (C) estimular a criação de reserva particular do patrimônio natural;
- (D) identificar espécies ameaçadas de extinção no Estado da Bahia e propor programas para sua conservação;
- (E) propor estratégias para o mapeamento de áreas prioritárias para conservação.

67

Determinada sociedade empresária, devidamente licenciada para operar atividade potencialmente poluidora no território da Bahia, em razão de descuido de um funcionário, causou um acidente com derramamento de produto tóxico, causando dano ambiental pela contaminação hídrica e do solo.

De acordo com o Decreto nº 14.024/2012, que regulamenta a Lei Estadual nº 10.431/2006, a sociedade empresária deverá adotar todas as medidas necessárias para o controle da situação, com vistas a minimizar os danos à saúde pública e ao meio ambiente, incluindo:

- (A) as medidas urgentes de mitigação e reparação da degradação ambiental que, em qualquer hipótese, só podem ser promovidas mediante prévia aprovação do órgão ambiental, que apresentará determinação de ações preliminares para a recuperação das áreas impactadas;
- (B) o fornecimento ao órgão ambiental licenciador, no prazo máximo de quinze dias, de relatório preliminar com estimativa quali quantitativa do material tóxico, bem como as providências tomadas para apuração, solução e minimização do impacto causado;
- (C) as ações de contenção, recolhimento, remediação, tratamento e disposição de resíduos, bem como as medidas tendentes à recuperação das áreas impactadas, de acordo com as condições e os procedimentos estabelecidos pelo órgão ambiental licenciador;
- (D) a apresentação ao órgão ambiental licenciador de relatório conclusivo da ocorrência, relacionando causas, quantidades, extensão do dano e providências adotadas, no prazo máximo de trinta dias após o acidente;
- (E) as operações de limpeza e restauração de áreas e bens atingidos, de desintoxicação e de destino final dos resíduos gerados, que são imprescindíveis para a continuidade das atividades da sociedade empresária, cuja licença ambiental fica automaticamente suspensa em razão do evento danoso.

68

Um dos grandes desafios para a sociedade moderna, em que o nível de consumo continua a crescer, é a destinação ambientalmente adequada dos resíduos provenientes das atividades humanas.

Nesse contexto, o Decreto Estadual nº 14.024/2012, que regulamenta a Lei Estadual nº 10.431/2006, estabelece alguns princípios específicos que orientam a gestão de resíduos sólidos, como o da:

- (A) preferência do resíduo sólido descartável e não reutilizável como um bem econômico e de valor social;
- (B) responsabilidade civil ambiental subjetiva e do respeito às diversidades locais e regionais;
- (C) cooperação entre as diferentes esferas do poder público, excluído o setor privado pela livre concorrência, e do desenvolvimento sustentável;
- (D) razoabilidade, da proporcionalidade e da responsabilidade civil subjetiva e subsidiária ambiental;
- (E) prevenção, da precaução, do poluidor-pagador e do protetor-recebedor.

69

O licenciamento ambiental é um procedimento administrativo que licencia uma atividade utilizadora de recursos naturais, efetiva ou potencialmente perigosa ao meio ambiente.

Nesse tema, observem-se os seguintes institutos:

I. Instrumento associado ao licenciamento ambiental que possibilita diagnosticar, avaliar e prognosticar as consequências ambientais relacionadas a planos, programas e projetos, bem como à localização, instalação, construção, operação, ampliação, alteração, interrupção ou encerramento de atividade ou empreendimento.

II. Licença concedida para a implantação do empreendimento ou atividade, de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionamentos.

Os institutos acima citados, de acordo com a Lei Estadual nº 10.431/2006, são conhecidos, respectivamente, como:

- (A) Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Licença de Operação (LO);
- (B) Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) e Licença de Instalação (LI);
- (C) Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (RIMA) e Licença Prévia (LP);
- (D) Plano de Manejo Sustentável (PMS) e Licença Ambiental por Adesão e Compromisso (LAC);
- (E) Zoneamento Territorial Ambiental (ZTA) e Licença Unificada (LU).

70

A Lei Federal nº 6.938/1981 dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

De acordo com o citado ato normativo, compete ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA):

- (A) estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, principalmente os hídricos;
- (B) supervisionar, coordenar e consolidar, com o auxílio do IBAMA, a elaboração de diretrizes, normas, planos e orçamentos relativos aos planos anuais e plurianuais do Ministério do Meio Ambiente;
- (C) promover o licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos localizados ou desenvolvidos em unidades de conservação instituídas pela União, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs);
- (D) acompanhar o andamento dos projetos de interesse do Ministério do Meio Ambiente em tramitação no Congresso Nacional e providenciar a publicação oficial e a divulgação das matérias relacionadas com a área de competência daquele Ministério;
- (E) realizar o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelos respectivos Conselhos de Meio Ambiente, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade.

Redação



Mais uma vez discute-se a aposentadoria no Brasil; a Previdência Social, segundo a maioria, é o maior de nossos problemas, que cresce a cada dia. O Governo está tentando aprovar uma proposta que muda alguns pontos da lei atual, mas parece haver uma enorme reação.

Nesse caso, o que fazer?

Redija um texto dissertativo-argumentativo, com no mínimo 20 (vinte) e no máximo 30 (trinta) linhas, em língua padrão, em que você deve apresentar uma possível solução para o impasse.

Não esqueça de apresentar argumentos pertinentes.

Realização

